

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE RIO LARGO: PRIORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Priscilla Ferreira de Castro¹
Javan Sami Araújo dos Santos²
Mayara Teles Viveiros de Lira³
Aldenice Tavares da Silva Gomes⁴

RESUMO

Neste artigo, buscamos contribuir para o debate e a reflexão sobre o processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), compartilhando a experiência da elaboração do PMPI do município de Rio Largo para o período de 2024-2034. Conceitualmente e em termos de seus marcos legais, o PMPI é um instrumento técnico-político que deve ser construído de forma democrática. O objetivo deste artigo é identificar elementos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais relativas à primeira infância nos municípios brasileiros no âmbito das políticas públicas. Essas respostas devem garantir a alocação prioritária de recursos para áreas relacionadas à proteção da infância, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Marco Legal da Primeira Infância. Sob este enfoque, trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva, mista e documental. Esta pesquisa é relevante para o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente no campo da Educação, pois analisa a complexa situação da primeira infância no contexto das políticas públicas. Contribui para a construção de discussões teórico-metodológicas sobre a primeira infância e seu impacto no desenvolvimento de políticas públicas. Orientamo-nos pela perspectiva destacada por Ostetto (2017, p. 21), que enfatiza a importância de ouvir as crianças de maneira atenta e respeitosa, reconhecendo-as como sujeitos ativos e participantes no processo de elaboração de políticas públicas. Este processo metodológico não apenas respeita e valoriza as crianças como sujeitos de direitos, mas também assegura que suas vozes influenciam diretamente as ações e recursos destinados à primeira infância. A colaboração entre unidades da rede pública e privada enriqueceu o processo, assegurando que as políticas públicas formuladas atendam de maneira abrangente e inclusiva às necessidades da primeira infância no município.

¹ Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Campos Elíseos.
Email: priscillacastro901@gmail.com

² Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED), da Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Email: javamsami@gmail.com

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

⁴ Especialista em Gestão e Planejamento Educacional pela Fundação Universitária de Jaboatão dos Guararapes (FUNIJ).

INTRODUÇÃO

A primeira infância, fase que compreende os primeiros anos de vida de uma criança, é amplamente reconhecida como um período fundamental para o desenvolvimento humano. Durante essa etapa, estabelecem-se as bases para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, o que reforça a importância de políticas públicas direcionadas a essa faixa etária. No Brasil, o Marco Legal da Primeira Infância e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fornecem o suporte normativo necessário para a criação de políticas públicas voltadas para a proteção e o desenvolvimento integral das crianças. Em consonância com esses marcos, os Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI) surgem como instrumentos técnico-políticos indispensáveis para a efetivação de ações estratégicas, orientando a alocação de recursos prioritários e a organização de práticas intersetoriais e interinstitucionais.

O município de Rio Largo, no período de 2024 a 2034, assumiu o compromisso de promover o desenvolvimento integral das crianças por meio da elaboração do seu PMPI, buscando assegurar uma política local que contemple as especificidades e as necessidades da comunidade. Esse processo foi conduzido de forma democrática, com a participação de diversos atores sociais e instituições, e orientado pelo princípio da escuta ativa das crianças, conforme destaca Ostetto (2017, p. 21), que enfatiza a importância de considerar as crianças como sujeitos de direitos e participantes ativos nas políticas que as envolvem. O processo de construção do PMPI de Rio Largo não apenas incorporou as vozes das crianças, mas também engajou representantes da rede pública e privada, assegurando uma abordagem ampla e inclusiva.

O objetivo deste artigo é discutir o processo de construção do PMPI de Rio Largo, destacando os elementos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais que compõem essa política. A pesquisa aplicada e descritiva, de natureza mista e documental, visa explorar como as políticas públicas para a primeira infância podem ser aprimoradas por meio de uma articulação que abranja múltiplas áreas e instituições. A relevância desse estudo reside no potencial de contribuir para o avanço científico e tecnológico no campo da educação e da proteção da infância, especialmente ao propor discussões teórico-metodológicas que valorizem a escuta das crianças e orientem a

alocação de recursos e ações no âmbito municipal. Em última análise, o PMPI de Rio Largo pretende ser uma referência para outros municípios, promovendo uma educação infantil mais justa e equitativa, em que as necessidades das crianças sejam priorizadas e respondidas de forma eficaz.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, descritiva e de natureza mista, que utiliza métodos quantitativos e qualitativos para analisar o processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Rio Largo, para o período de 2024-2034. A pesquisa tem um enfoque aplicado, buscando gerar conhecimentos práticos que orientem ações e políticas públicas no campo da educação e da proteção à infância. A natureza descritiva da pesquisa permite uma análise detalhada do processo de elaboração do PMPI, enquanto a abordagem mista possibilita uma compreensão abrangente tanto dos dados documentais quanto das percepções dos envolvidos.

A coleta de dados foi realizada inicialmente por meio de análise documental, examinando registros de reuniões, planos estratégicos, diretrizes normativas e documentos legais relevantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância. Esses documentos foram selecionados por sua importância no processo de construção do PMPI, oferecendo as bases legais e institucionais necessárias para a formulação de políticas públicas para a primeira infância. A análise documental permitiu mapear as orientações e diretrizes que guiaram a estruturação do plano e identificar os princípios fundamentais que nortearam sua elaboração.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos focais com gestores públicos, educadores, profissionais da saúde e assistência social, além de líderes comunitários, para captar as percepções sobre as necessidades da primeira infância no município.

O estudo também incorporou o princípio da escuta ativa das crianças, conforme proposto por Ostetto (2017), com atividades adaptadas à faixa etária das crianças da rede municipal. Por meio de brincadeiras, dinâmicas de grupo e expressões artísticas, as crianças puderam compartilhar suas visões e desejos sobre os espaços e serviços de que participam. As informações obtidas foram analisadas qualitativamente, com atenção às manifestações de interesse, bem-estar e necessidades expressas, que serviram como subsídios para uma política pública mais alinhada às realidades infantis.

Os dados quantitativos extraídos dos documentos institucionais e diretrizes normativas foram analisados por meio de estatísticas descritivas, fornecendo uma visão geral dos recursos e serviços voltados para a primeira infância em Rio Largo. Já os dados qualitativos das entrevistas, grupos focais e atividades de escuta foram submetidos à análise de conteúdo, categorizando-se os temas e recorrências.

A validação dos resultados foi realizada em revisões participativas com os principais envolvidos na construção do PMPI. Os achados foram discutidos em reuniões com representantes das secretarias municipais, gestores e líderes comunitários, promovendo uma análise crítica dos resultados e ajustando as propostas com base nas contribuições recebidas. Este estudo respeitou princípios éticos, incluindo consentimento livre e esclarecido dos participantes, confidencialidade dos dados e adaptação das interações para garantir o conforto e segurança das crianças.

Essa metodologia permitiu um olhar abrangente sobre o processo de construção do PMPI de Rio Largo, possibilitando a identificação de fatores que contribuem para políticas públicas mais inclusivas, democráticas e alinhadas às necessidades da primeira infância.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa reúne as principais discussões e abordagens teóricas que fundamentam o tema do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Rio Largo, contextualizando o leitor sobre os caminhos e reflexões que guiaram o desenvolvimento deste estudo. O referencial teórico é essencial para compreender os

conceitos e marcos normativos que sustentam a construção de políticas públicas voltadas para a primeira infância e orienta a trajetória investigativa ao longo do recorte temático.

Para a compreensão da importância de políticas públicas direcionadas à primeira infância, utilizamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância, que fornecem o arcabouço normativo para o desenvolvimento de ações e alocação de recursos prioritários para a proteção e promoção dos direitos das crianças. Esses documentos são basilares, pois enfatizam a criança como sujeito de direitos, garantindo a priorização das políticas para essa faixa etária.

Outro conceito essencial para o estudo é o de escuta ativa das crianças, inspirado nas reflexões de Ostetto (2017), que propõe uma abordagem respeitosa e participativa ao envolver as crianças como agentes ativos no processo de criação de políticas públicas que as impactam. Essa perspectiva destaca a importância de dar voz às crianças no planejamento educacional e social, reconhecendo sua capacidade de contribuir com percepções e necessidades que são específicas da primeira infância.

Além disso, a pesquisa fundamenta-se nas teorias de intersectorialidade e interdisciplinaridade, que orientam a articulação entre diferentes setores, como educação, saúde, assistência social e cultura, promovendo uma visão holística e integrada das políticas para a primeira infância. Essa abordagem busca a construção de um PMPI que não só contemple múltiplas áreas de atendimento, mas que também assegure a complementaridade das ações e dos serviços ofertados, promovendo um desenvolvimento infantil mais justo e abrangente.

Este referencial teórico, portanto, fornece as bases para o desenvolvimento das questões metodológicas e analíticas do estudo, permitindo uma leitura crítica e fundamentada do processo de elaboração do PMPI de Rio Largo e destacando a relevância de políticas públicas que respondam às especificidades locais e promovam o bem-estar integral das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção de Resultados e Discussão apresenta os dados coletados durante a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Rio Largo, organizados em categorias analíticas que refletem as principais descobertas e tendências observadas. A partir da análise documental, das entrevistas e dos grupos focais, os resultados foram agrupados em quatro dimensões principais: diagnóstico das necessidades locais, participação intersetorial e comunitária, escuta das crianças e desafios de implementação e sustentabilidade.

No diagnóstico das necessidades locais, os dados indicaram uma série de carências específicas para a primeira infância em Rio Largo, como a necessidade de ampliação do acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. A análise quantitativa revelou uma insuficiência na cobertura de creches e pré-escolas, especialmente em áreas rurais, e a falta de profissionais especializados para atender às crianças. Este diagnóstico reforça a importância de direcionar recursos prioritários para essas áreas, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância, que enfatizam a necessidade de priorizar recursos para a proteção da infância.

A participação intersetorial e comunitária destacou-se como um elemento essencial na construção do PMPI, reforçando a importância da colaboração entre diferentes setores. Setores como educação, saúde, assistência social e cultura atuaram de forma integrada, contribuindo com perspectivas e recursos complementares. Essa participação intersetorial é amplamente defendida por autores como Arce e Martins (2011), que argumentam que políticas públicas se beneficiam de uma construção baseada em múltiplos olhares e na cooperação entre setores para promover uma abordagem mais completa e eficaz.

A escuta das crianças foi outro aspecto relevante identificado nos dados. Durante o processo de elaboração do PMPI, as crianças participaram de atividades adaptadas e foram incentivadas a expressar suas percepções, desejos e necessidades. Entre os aspectos destacados pelas crianças, ressaltaram-se o pedido por espaços seguros para brincar, a valorização das atividades lúdicas e a importância da interação social. Esse resultado confirma a relevância de uma abordagem pedagógica centrada na criança e alinha-se às reflexões de Ostetto (2017), que enfatiza a importância da escuta ativa para reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e participantes no processo de formulação de políticas.

A análise também identificou desafios importantes para a implementação do PMPI, sobretudo relacionados à disponibilidade de recursos financeiros e materiais. A carência de infraestrutura adequada e de profissionais capacitados foi apontada como um obstáculo para a efetivação das propostas. Além disso, a resistência à mudança por parte de alguns educadores e gestores foi mencionada, indicando a necessidade de investimentos em formação continuada e suporte para a adoção das novas diretrizes do PMPI. Esses resultados ressaltam a importância de políticas públicas que priorizem não apenas a construção dos planos, mas também seu acompanhamento e avaliação ao longo do tempo.

A discussão dos resultados reforça a relevância de um PMPI que integre as diretrizes nacionais com as especificidades locais, promovendo uma política pública que realmente atenda às necessidades das crianças e da comunidade de Rio Largo. A análise intersetorial e a escuta ativa das crianças permitiram uma compreensão mais profunda dos elementos fundamentais para o desenvolvimento infantil e destacaram a importância de práticas pedagógicas e sociais que respeitem e valorizem as particularidades de cada município. A colaboração entre os setores público e privado demonstrou-se essencial para o sucesso do plano, garantindo que as políticas formuladas atendam de forma inclusiva às demandas da primeira infância.

Diante dos dados apresentados, recomenda-se que o PMPI seja continuamente atualizado e avaliado, adaptando-se às mudanças sociais e econômicas do município. Além disso, é essencial investir em formação continuada para educadores e gestores, assegurando que estejam preparados para implementar as diretrizes de forma eficaz e sustentável. Esses resultados e discussões oferecem insights importantes que podem contribuir para o aprimoramento das políticas voltadas para a primeira infância, fortalecendo o papel do PMPI como um instrumento técnico e político na promoção de uma infância mais justa e equitativa em Rio Largo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Rio Largo revela a importância de políticas públicas que integrem diretrizes nacionais com as particularidades locais, assegurando uma educação infantil de qualidade e uma proteção integral às crianças do município. A análise mostrou que, ao promover um diagnóstico aprofundado das necessidades da primeira infância, integrando diferentes setores e escutando ativamente as crianças, é possível criar um plano mais alinhado às realidades e expectativas da comunidade. Este processo participativo e intersetorial contribui para a construção de políticas públicas que são mais inclusivas e eficazes, especialmente ao reconhecer as crianças como sujeitos ativos de direitos, conforme defendido por Ostetto (2017).

Os principais desafios encontrados, como a escassez de recursos e a necessidade de formação continuada para os profissionais, indicam que o sucesso do PMPI depende de investimentos sustentáveis e de um monitoramento constante para a adequação das políticas. Nesse sentido, recomenda-se que o PMPI seja um documento dinâmico, sujeito a revisões e ajustes periódicos, respondendo às mudanças econômicas, sociais e culturais do município. A formação continuada dos profissionais e o fortalecimento das parcerias intersetoriais e com a iniciativa privada também são fatores críticos para a implementação bem-sucedida das ações propostas.

Em suma, a construção e implementação do PMPI de Rio Largo representam passos fundamentais para a consolidação de uma política pública que valorize e priorize

a primeira infância. Este trabalho espera contribuir para o campo das políticas educacionais e de proteção infantil, fornecendo uma base teórica e prática que inspire novas iniciativas e pesquisas. Ao continuar investindo na primeira infância, o município de Rio Largo não só promove o desenvolvimento de suas crianças, mas também constrói uma sociedade mais justa e promissora para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia. Educação infantil: para que te queremos? Campinas: Autores Associados, 2011.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância. Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. A escuta das crianças na escola: práticas e sentidos. Campinas: Papirus, 2017.